



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48051.002550/2019-11

1. OBJETO

1.1. Aquisição de aquisição de equipamentos e materiais de apoio áudio visual e TIC (televisores, suportes de Tvs, tela de projeção, Suporte de Projetor Multimídia e cabo HDMI), conforme as especificações constantes neste Termo de Referência

1.1.1. ESPECIFICAÇÕES

ITEM	SIASG	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE
1	BR0029718	Televisor de 55 polegadas, tipo SMART TV, com acesso Wireless, tela plana em LED de alta resolução (4K) com conversor digital. - Tamanho Mínimo de Tela (polegada): 55"; - acesso à Internet com Wi-fi integrado; - tecnologia LED com resolução 4K mínima de 3840 x 2160 pixels; - conversor digital integrado; - formato de tela: 16:9; - sistema de cores: PAL-M/N - NTSC - ISDB-TB; - entrada USB: mínimo 2 interfaces USB 2.0; - Entrada V-Componente: mínimo 1 interface; - Entrada para PC: mínimo 1 interface RGB; - Entrada Áudio e Vídeo: mínimo 1 interface (RCA); - Saída de áudio digital (óptico/coaxial): mínimo 1 interface; - Entrada HDMI: mínimo 3 interfaces; - Acessibilidade: controle remoto; - Alimentação: bivolt; - Garantia do Fabricante: mínimo de 12 meses com cobertura em todo o território nacional.	5
2	BR0458911	Suporte para Televisor de 65 Polegadas com fixação no teto em aço carbono, pintura anti-corrosiva, carga mínima de 40 Kg. - capacidade para suportar televisores de até 65 polegadas; - capacidade para carga mínima de 40 kg; - altura ajustável entre 980 e 1.350 mm e até entre 800mm a 1400mm; - confeccionado em aço carbono com pintura eletrostática anti-corrosiva na cor preta; - padrão de furação VESA universal; - garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	4
3	BR0026557	Tela de Projeção 1,80x1,80 com Tripé, em formato quadrado, 97 polegadas diagonais e área de projeção de 1740x1740. - superfície de projeção do tipo matte white branco opaco com ganho de brilho de até 1,3 vezes e bordas pretas para enquadramento da imagem; - dimensão mínima de 1,80 metro horizontal por 1,80 metro vertical; - retrátil com tripé integrado de altura regulável em sistema multiparadas; - acabamento do estojo em pintura eletrostática resistente a riscos e corrosão e barra de acabamento superior; - rolo da tela em tubo mecânico; - garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	6
4	BR0150514	Suporte de Teto para Projetor Articulado, com compatibilidade universal, ajuste de altura no mínimo de 425 a 640 mm, carga mínima de 10kg, fabricação em aço -- com pintura eletrostática, rotação de 360 graus. - suporte específico para fixação no teto; - fabricação em aço com pintura eletrostática de alta resistência; - articulado e com rotação em 360 graus; - ajuste de altura no mínimo de 425 a 640 mm e até entre 400 a 800, com intervalos de ajuste; - carga mínima de 10 kg; - compatibilidade com projetores VIVITEC (equipamentos já adquiridos pela ANM); - garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	6
5	BR0352973	Cabo HDMI UHD, macho-macho com 15 metros de comprimento, blindado, para 4 canais de áudio e 2 canais de vídeo, versão mínima HDMI 1.4 e 2.0 para mínimo de 1080 pixels de resolução. - comprimento mínimo de 15 (quinze) metros; - conexão HDMI macho nas duas pontas; - blindagem contra interferências eletromagnéticas; - compatível com HDMI 1.4 e 2.0 - compatível com transmissão em 3840 x 2160 pixels; - garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	8

1.2. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias**, contados do(a) assinatura

do contrato, para que seja efetivada a entrega, aceitação, ateste e pagamento, prorrogáveis na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3. Endereços de Entrega produto:

1.3.1. SAN Quadra 1 Bloco B, Asa Norte, Subsolo Amoxarifado da ANM, CEP: 70.041-903, Brasília - DF

1.4. Endereços da ANM:

1.4.1. SBN, Quadra 2, Lote 8, Bloco N, CNC 3, Asa Norte, CEP: 70.040-020 - Brasília - DF.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. RAZÕES/MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1.1. As justificativas da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

2.2. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

2.2.1. Conforme item 1.1

2.3. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.3.1. Dotar a ANM Equipamentos e materiais de audiovisual para atende as necessidades de divulgar informações das ANM aos Servidores e Gestores a ANM.

2.3.2. Proporcionar o pleno conhecimento das informações importantes ao Servidor e usuários da ANM.

2.3.3. **CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE:**

2.3.4. A presente contratação está alinhada à consecução das metas do Plano Plurianual PPA 2016-2019 da ANM, conforme SISPLAN, tendo em vista que os serviços são absolutamente necessários para continuidade das atividades técnicas e administrativas da ANM.

2.4. **JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTE ÚNICO:**

2.4.1. Não se aplica.

2.5. **LEGISLAÇÃO APLICADA:**

2.5.1. Lei 4.320/1964 que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

2.5.2. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

2.5.3. Lei nº 10.520/2002, a qual institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.5.4. Lei nº 10.522/2002, a qual dispõe sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências;

2.5.5. Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n o 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

2.5.6. Decreto nº 3.555/2002, que regulamenta a modalidade de pregão;

2.5.7. Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.5.8. Decreto nº 6.204/2007, que regulamenta a Lei Complementar 123/2006;

2.5.9. Decreto nº 6.258/2007, que incluiu o artigo 12 ao Decreto 5.992/2006;

2.5.10. Decreto nº 7.381/2010, que regulamenta a Lei nº 11.771/2008;

2.5.11. Decreto nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93;

2.5.12. Decreto nº 8.265/2014, regulamenta a Lei nº 7.565/86;

- 2.5.13. Instrução Normativa nº 01/2019, regulamenta procedimentos para elaboração de artefatos de TIC;
- 2.5.14. Instrução Normativa nº 05/2014, regulamenta procedimentos de pesquisa de preços;
- 2.5.15. Instrução Normativa nº 05/2017 - SLTI que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- 2.5.16. Instrução Normativa - SRF nº 480/2004 alterada pela IN/SRF - nº 539/2005, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços;
- 2.5.17. Resolução CONAMA nº 401/2008, quando do fornecimento de pilhas e baterias;
- 2.5.18. Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS,
- 2.5.19. Artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO COMO COMUM

- 3.1. Trata-se de objeto comum os equipamentos e materiais de áudio e vídeo (televisores, suportes de tv e projetor, tela de projeção e cabo HDMI), sendo comum o oferecimento por empresas do ramo no mercado local e nacional.
- 3.2. Por se tratar de contratação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o certame licitatório, a critério da administração, poderá ser realizado por meio de Pregão/Sistema de Registro de Preços, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. O prazo para entrega será de 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou Contrato pela Contratada.
- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente na data do recebimento, pelo(a) NUAL ou pelo servidor responsável pelo patrimônio (tel. 061 3312-6631 ou 061 3312-6812);
- 4.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5(cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4. O Material será recebido definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como

por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, nº se série, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.2. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.3. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.4. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.5. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.16. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

11. REAJUSTE

11.1. Não haverá reajuste, uma vez que se trata de entrega imediata.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A garantia foi dispensada em razão do valor do contrato

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.4. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.5. comportar-se de modo inidôneo;

13.6. cometer fraude fiscal;

13.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.8. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.9. multa moratória de 0,067% (zero virgula zero sessenta e sete por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.10. **multa** compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.11. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.12. **suspensão** de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.13. **impedimento** de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.14. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

13.15. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.16. As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.17. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.18. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.19. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.20. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.21. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o

procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.22. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.23. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Item	Gestão	Unidade	PT	PTRES	DESCRIÇÃO
1, 2, 3 e 4	32396	323102	22122211920000001	137388	ADMINISTRAÇÃO DA SEDE DA ANM (44905233 - Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto) e 44905242 - Mobiliário em Geral)
5	32396	323102	22122211920000001	137385	ADMINISTRAÇÃO DA SEDE DA ANM (44903029 - Material para Áudio, Vídeo e Foto)

14.2. Natureza de Despesa

Item	Descrição	Código	Descrição
1	Televisor de 55 polegadas, tipo SMART TV, com acesso Wireless, tela plana em LED de alta resolução (4K) com conversor digital.	44905233	Equipamento para áudio, vídeo e foto
2	Suporte para Televisor de 65 Polegadas com fixação no teto em aço carbono, pintura anti-corrosiva, carga mínima de 40 Kg.	44905242	Mobiliário em geral
3	Tela de Projeção 1,80x1,80 com Tripé, em formato quadrado, 97 polegadas diagonais e área de projeção aproximada 1740x1740.	44905233	Equipamento para áudio, vídeo e foto
4	Suporte de Teto para Projetor Articulado, com compatibilidade universal, ajuste de altura mínima de 425 a 640 mm, carga mínima de 10 kg, fabricação em aço com pintura eletrostática, rotação de 360 graus.	44905242	Mobiliário em geral
5	Cabo HDMI UHD - macho-macho com 15 metros de comprimento, blindado, para 4 canais de áudio e 2 canais de vídeo, versão mínima HDMI 1.4 e 2.0 para mínimo 1080 pixels de resolução.	33903029	Material para áudio, vídeo e foto

14.3. DOS ANEXOS

14.3.1. Anexo 1 - Mapa de Preços, documento SEI nº 0572700.

O presente documento segue assinado pelos servidores Elaboradores e pela autoridade Requisitante.

O presente TR, segue para deliberação da Autoridade Competente, sobre a Aprovação, sua conveniência e oportunidade, em momento oportuno, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e da IN nº 5/2017-SLTI/MP, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Ednaldo Soares Leite Rodrigues, Chefe de Divisão de Recursos Logísticos**, em 23/10/2019, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0673182** e o código CRC **79E86EFD**.